

ATA DA DÉCIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 07-3-2019.

Aos sete dias do mês de março do ano de dois mil e dezenove, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aírto Ferronato, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Hamilton Sossmeier, João Carlos Nedel, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro e Mônica Leal. Constatada a existência de quórum, a Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cláudio Conceição, Comissário Ração Oliveira, Eng^o Comassetto, Idenir Cecchim, José Freitas, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina e Valter Nagelstein. A seguir, foi aprovada a indicação de Karen Santos para exercer o cargo de Procuradora Especial da Mulher da Câmara Municipal de Porto Alegre durante a presente Sessão Legislativa. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Aldacir Oliboni, Lourdes Sprenger, Prof. Alex Fraga, Cláudia Araújo, Eng^o Comassetto, André Carús, Valter Nagelstein e Adeli Sell. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Cláudia Araújo e Aldacir Oliboni. Na oportunidade, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Eng^o Comassetto, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente Sessão. Em prosseguimento, foi apregoado o Processo SEI nº 020.00008/2019-74, por meio do qual é autorizada Representação Externa de Alvoni Medina do dia vinte e seis ao dia vinte e oito de fevereiro do corrente, em reuniões na Câmara dos Deputados e no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, em Brasília – DF. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª Sessão, o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 001/19 e os Projetos de Lei do Legislativo nºs 062 e 191/18; em 2ª Sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 145/18, 010, 012 e 013/19. Durante a Sessão, foi registrada a presença de Robinson Andrei Bertuol, vereador da Câmara Municipal de Nova Hartz – RS. Às quinze horas e vinte e um minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Adeli Sell, Mônica Leal e Mendes Ribeiro e secretariados por Alvoni Medina. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pela Presidente.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação a indicação da Ver.^a Karen Santos para exercer o cargo de Procuradora Especial da Mulher, durante a Sessão Legislativa de 2019, nos termos do disposto no art. 86-B do Regimento deste Legislativo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Passamos às

COMUNICAÇÕES

O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo a nossa Presidente, Ver.^a Mônica; os colegas vereadores e vereadoras; o público que acompanha a nossa sessão nesta tarde. Ontem, quando nós estávamos votando alguns projetos de lei, mais precisamente os vetos do prefeito municipal, eu estava refletindo sobre a importância do vereador nos parlamentos. Faço uma enorme reflexão que serve para mim e pode servir para todos os colegas vereadores e vereadoras. Nós somos demandados pela população e temos a estrutura necessária para ir até a comunidade, conversar com ela, encaminhar proposições ou até mesmo a solução de um problema, como a falta de vagas em creches, a falta de médicos num posto de saúde, e assim por diante. Além desse trabalho de fiscalização do Poder Legislativo, nós podemos encaminhar projetos de lei. Quando somos demandados ou temos a criatividade de apresentar projetos de lei que podem trazer o acolhimento de um problema crucial na Cidade, ou ampliar uma política social, nós apresentamos o projeto e conseguimos, com muito trabalho, depois de anos, aprová-lo, com o convencimento das comissões pelas quais ele passa. E olhem que, para ter o parecer das seis comissões, não é assim tão fácil. Pode demorar meses, alguns pedem vista, pode demorar, às vezes, anos!

No caso de ontem, com vários vetos a projetos de vereadores, nós nos perguntamos: vale a pena ser vereador, Ver. Adeli Sell? Vale a pena ser vereador quando nós operacionalizamos o fato, concretizamos a demanda, seja uma demanda da comunidade ou um projeto de lei, aprovamos o projeto com ampla maioria ou até por unanimidade, e o prefeito veta, voltando o projeto para esta Casa? Meu nobre vereador, colega Adeli Sell, o prefeito veta e muda o cenário como se nada tivesse acontecido. Será que o papel do vereador é importante, ou ele é desnecessário, ou só estamos aqui para apertar o botão quando o prefeito nos solicita?

Vereador Adeli Sell (PT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Vale, sim, ser vereador, porque a nossa alma não é pequena. Nós temos um coração e uma alma abertos para o povo, como foram os debates de ontem aqui demonstrados, especialmente nos projetos do Ver. José Freitas, cujo veto foi derrubado, e que eu espero, na segunda-feira, fazermos o mesmo com o projeto do colega Alvoni Medina. Vale a pena, sim, ser vereador, porque a nossa alma não é pequena.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Muito bem, meu nobre colega, Ver. Adeli Sell. Acho que é de extrema importância o Parlamento ser reconhecido pelo Executivo e pelos próprios colegas. Nós fomos convencidos, ontem, que era necessário derrubar aquele veto, porque, senão, nós perderíamos a função da vereança. Então, temos que poder dizer ao Executivo, independentemente de quem esteja no Paço Municipal, e também às comunidades, já que foi a população que nos escolheu e nos mandou para cá.

Então, muito cuidado, nobres colegas vereadores, com esses projetos que chegam à Casa, quando tivermos lado, quando tivermos posição, quando tivermos o mínimo para dizer para aqueles que nos depositaram confiança para estarmos aqui, hoje, usando este microfone, e também termos a iniciativa de fazer acontecer, principalmente na ampliação das políticas sociais e no desenvolvimento da nossa Cidade. Por isso, é importante não só acreditar, mas fazer a mudança.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra em Comunicações.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Presidente Mônica Leal, vereadoras e vereadores; hoje trago a minha saudação às mulheres de todas as profissões, independentemente de causa, raça, religião, que, no conjunto de suas atuações como mãe, esposa e, acima de tudo, ser humano, tem o poder de gerar vidas. Ainda temos muito que conquistar, mas graças a nossa vontade de mudar poderemos ser protagonistas de um mundo melhor. Nosso valor está na força interior que temos, sem menosprezar os homens, que devem nos ver como aliadas e jamais submissas. Trazemos dentro da nossa ancestralidade esse conhecimento de que um dia fomos subjugadas, tudo isso por um preconceito machista que, infelizmente, ainda hoje, persiste em diversos lugares, seja pela ganância ou pela sede de poder, do qual os homens se acostumaram ao longo da história. Mesmo assim não desistimos, porque não há mal que perdure para sempre. Somos maioria, embora ainda consideradas minorias pelos espaços que deixamos ou que não nos deixam ocupar. Mas nem por isso somos menos, porque temos voz, a mesma voz que fala com a comunidade em todas as vertentes e que vem aqui nesta tribuna para se manifestar por aqueles que não têm vez e voz. Apesar das diferenças econômicas e das discriminações, resistimos com garra, competência e luta para fazer valer o nosso espaço numa sociedade ainda desigual.

O Brasil recentemente garantiu cotas e recursos para a presença feminina nas eleições, porém denúncias de desvio desses recursos para campanhas masculinas mostram o lado pantanoso e maquiavélico da velha política. Lamentável que mulheres sirvam de laranjas e homens nos comprometam com tais comportamentos desonestos e corruptos. Destaco que no *ranking* mundial de 190 países, elaborado pelo Interparlamento da ONU, o Brasil está na 152^a posição quanto à presença feminina nos parlamentos. Registro que Julieta Battistioli foi a primeira vereadora de Porto Alegre em 1947, e a Escola Legislativa desta Câmara leva seu nome. Sobre nós, tínhamos, no ano passado, cinco vereadoras nesta Câmara, hoje estamos com quatro vereadoras – eu, a Presidente Mônica, a Karen e a Cláudia –, num universo de 36 parlamentares, embora duas vereadoras tenham saído por conquistarem outros mandatos. Na Assembleia Legislativa são 9 mulheres nas 55 cadeiras; e, na bancada federal, somente 3 mulheres para 31 vagas. Tenho a consciência do que representamos para aqueles que nos confiaram seus votos. E assim tenho voz que não é só minha, mas também daqueles e

daquelas a quem representamos. Minha fala é para chamar atenção que nosso compromisso ainda é maior diante dos problemas da Cidade, do Estado e do País. A força do nosso trabalho vem da qualidade dos que confiam em nós, e esse é o nosso maior incentivo. Essa parcela da sociedade em que estão inseridos homens e mulheres é que nos faz levantar todos os dias para cumprir as atribuições do mandato, fazendo a nossa parte.

Por todo histórico de lutas, por todas as causas que abraçamos, por uma sociedade melhor, eu saúdo a todos: aos homens que sabem ser companheiros, que respeitam e valorizam de verdade as mulheres, e a nós, mulheres, que, mesmo depois de milênios, ainda assim não perdemos a nossa essência de valorizar a vida, a natureza e principalmente valorizar a nós mesmas, porque sabemos que merecemos, somos resistência a tudo o que nos oprime, existimos para acender a chama de tudo que nos liberta, como o amor, a paz e a fraternidade. Minha saudação a todas as mulheres pelo Dia Internacional da Mulher, celebrado nesse 8 de março, e por todos os dias além dessa data simbólica, não esquecendo as que nos antecederam ao longo da história e aquelas que nos seguem nas causas que abraçamos.

Encerro reafirmando meu compromisso com pessoas e animais, pois isso é respeitar a vida. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Registro a presença do Ver. Robinson Andrei Bertuol, de Nova Hartz, do PSC. Seja muito bem-vindo à Câmara de Vereadores da Capital do Rio Grande do Sul.

O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores, eu estava preparando o que dizer na tarde de ontem a respeito de tudo o que aconteceu ao longo dos últimos dias na nossa Cidade e no nosso País. Mas me vi contemplado, em parte, pela fala do meu colega de bancada que usou o tempo de Liderança do nosso partido para falar um pouco sobre a questão do carnaval aqui em Porto Alegre.

Na tarde de ontem o Ver. André Carús me procurou e procurou o Ver. Moisés Barboza – nós três somos presidentes de comissões permanentes desta Casa Legislativa – para fazer uma reunião conjunta para tratar exatamente das questões do festejo, da folia de carnaval, do espaço que isso recebe na nossa Cidade e do tratamento que é dado, da condução desses processos. Obviamente, nenhum porto-alegrense está satisfeito com o que aconteceu na nossa Cidade durante o período de carnaval. Esta, notoriamente, é uma festa popular, é uma festa do povo, é uma festa das cidades, é uma festa da população, e assim deveria ser. As pessoas têm todo o direito de usar os espaços públicos, de utilizar o seu direito constitucional de ir e vir, de festejar, de exercitar sua cidadania, mas, infelizmente, as cenas de horror que foram relatadas nos assustam bastante. Por isso uso este espaço de período de Comunicações para já

adiantar a nossa reunião conjunta das comissões que acontecerá no dia 19 de março, infelizmente não conseguimos agendar para a próxima semana já que o tempo era curto para expedir todos os convites necessários aos órgãos que podem contribuir para que a nossa Cidade tenha celebrações condizentes com aquilo que a população precisa e espera.

Nós precisamos que o poder público use da sua responsabilidade e tenha inteligência para justamente conduzir um festejo que agrade às pessoas, mas que não restrinja a liberdade de todos de usufruir os espaços que são públicos das nossas ruas, dos nossos bairros, da nossa Cidade. Esperamos fazer um debate proveitoso daqui a duas terças-feiras, dia 19, às 14h30min; estejam todos – vereadores e a população de Porto Alegre – convidados para este debate.

Eu gostaria também de parabenizar todas as mulheres pelo mês que está transcorrendo. Um mês não apenas de celebração ou um mês em que haja uma exposição da figura feminina, mas, sim, um mês de luta por igualdade em todos os sentidos. Estamos em um País que é completamente desigual nas questões hierárquicas, em que a maior parte dos postos de decisão e comando são ocupados dos homens, a maior parte dos espaços de poder dentro da política, como muito bem destacou a Ver.^a Lourdes, é ocupada majoritariamente por homens; há um abismo de diferença salarial entre cargos de uma mesma função. Isso é inadmissível para uma sociedade em pleno século XXI; em um País que busca condições de igualdade plena para todos seus habitantes, não podemos aceitar que isso se perpetue nem mais um dia. Por isso, março é um mês tão simbólico, representa a luta que todos nós deveríamos encabeçar: a luta por igualdade plena entre homens e mulheres.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra em Comunicações e, depois, prossegue em Comunicação de Líder.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Boa tarde, Sra. Presidente, Srs. Vereadores, público presente nas galerias e o que nos assiste pela TVCâmara, saúdo a todos. Venho aqui hoje falar sobre um movimento que muitos de vocês já devem ter ouvido falar: Eu Empurro essa Causa. Como alguns sabem, eu trabalho forte na área social e estou apoiando o movimento Eu Empurro essa Causa. Alguns vereadores e deputados estaduais, inclusive, estiveram, no dia 16 de fevereiro, na Redenção, nos apoiando. Foram os vereadores Paulo Brum, André Carús, Cláudio Janta e nosso deputado estadual, Sebastião Melo.

Esse movimento foi criado em nível nacional, através de um abaixo-assinado para solicitar a alteração da Lei do BPC, que é a Lei do Benefício de Prestação Continuada. Hoje esse benefício, também conhecido como LOAS, é disponibilizado a pessoas com deficiência e a idosos que tenham a renda familiar de até um quarto do salário mínimo por pessoa. Estamos buscando a mudança para três salários mínimos por família, possibilitando, assim, que mais pessoas com deficiência e idosos tenham direito

ao benefício, e ainda que os membros da família possam trabalhar. Hoje, se o pai trabalhar, o filho especial não tem direito, pois a renda ultrapassa o valor permitido por pessoa. Sabemos a importância e a necessidade dessa ajuda de um salário mínimo a essas famílias, pois os gastos são imensos. Há outra mudança necessária para se fazer, pois hoje a lei disponibiliza o benefício somente a um deficiente ou idoso por família, sendo que algumas famílias possuem mais de um deficiente ou idoso. Disponibilizo as listas para assinaturas através do meu gabinete e pela página do movimento Eu Empurro esta Causa, na internet – todos podem assinar essa petição. Aproveito, ainda, para propor uma comissão especial para acompanhar, defender e trabalhar essa causa junto ao Congresso Nacional e ao governo federal, visto que já tramitam propostas nesse sentido. Conto com o apoio de todos os colegas vereadores. Muito obrigada.

Aproveitando o meu tempo, gostaria de fazer uma homenagem ao Dia da Mulher. Parabéns, mulher; parabéns, guerreiras, batalhadoras, trabalhadoras e abençoadas. Nosso dia é sempre... Acordamos, muitas vezes, mesmo sem o dia anterior ter se encerrado, para isso, basta ser mãe, esposa, cuidadora ou amiga dos amigos. Viver, diariamente sob pressão, buscando o melhor para nossos filhos, nosso lar, nosso esposo; viver diversos turnos, onde conseguimos cuidar, estudar, ensinar, amar e ainda ser mulher. Hoje, ainda frágeis aos olhos de muitos, e assim desvalorizadas, seguimos nosso caminho de cabeça erguida e acreditando que somos abençoadas por Deus, escolhidas para cuidar, gerar e acalentar. Ser mulher é viver o ontem, o hoje e o amanhã. É chorar de alegria e muitas vezes sorrir na tristeza, é acreditar sempre que tudo pode. Ser mulher é ter a vontade de viver entre desilusões, decepções e saber que, depois do hoje, existe o amanhã; é saber curar as feridas alheias, enquanto muitas vezes se está sangrando. É tropeçar, cair e levantar. Ser mulher é ser linda aos 20, ser intensa aos 30, equilibrada aos 40 e especial a vida inteira.

Saúdo todas as mulheres não somente no dia de hoje, mas em todos os dias de nossas vidas. Como forma simbólica e fugindo ao praxe, eu gostaria de homenagear hoje a nossa Presidente, Ver.^a Mônica Leal, em nome de todas as mulheres, agradecendo pela representatividade de estar aqui.

(Procede-se à entrega do mimo.)

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Só para encerrar: obrigado, mulheres, por vocês existirem. Nós somos a salvação do mundo. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Obrigada, Ver.^a Cláudia Araújo. Recebo as flores em nome de todas as mulheres e agradeço de coração.

O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR ENG^o COMASSETTO (PT): Prezada Presidenta Mônica Leal, gostaria, em nome da nossa bancada, de trazer aqui não somente o nosso

cumprimento, mas nos colocar, como sempre nos colocamos, ao lado das mulheres, para a luta cotidiana da busca da igualdade, da busca dos direitos, para que sempre tenham o espaço que as mulheres merecem. Até porque a metade da humanidade é de mulheres, e a outra metade é de filhos das mulheres.

A nossa bancada, neste momento, não tem nenhuma vereadora titular, mas, ao longo dos últimos 20 anos, sempre teve na sua composição, no mínimo, 30% de mulheres; na gestão passada, tínhamos 50% e assim sucessivamente. Lugar de mulher é na política, lugar de mulher é defendendo e construindo uma sociedade justa.

Dito isso, o tema que mais impacta o Brasil se chama reforma previdenciária do Bolsonaro, que vai atingir em cheio homens e mulheres. Primeiro, os dados que são divulgados como oficialmente como dados na Nação brasileira são dados falsos da Previdência, que tem superávit de arrecadação. Há poucos dias, houve um canetaço com um decreto, Bolsonaro tirou R\$ 6 bilhões da Previdência e passou para o fundo comum da União. Aí é claro que a Previdência vai ser deficitária. Agora, a Previdência brasileira não é deficitária, inclusive, Presidente Mônica, estamos convidando o senador Paim, que todos sabem que sempre foi e é um defensor dos trabalhadores brasileiros e que aprovou, na última semana, a instituição de uma CPI para passar a limpo o sistema de INSS brasileiro, ou seja, o sistema previdenciário, para nós tornarmos claro que os números apresentados não se sustentam.

A Previdência brasileira é uma das maiores previdências do mundo, e ela foi construída ao longo dos anos, iniciou com Getúlio Vargas, quando instituiu todo um sistema previdenciário, quando instituiu a CLT, quando instituiu o direito ao trabalhador, quando instituiu a Justiça do Trabalho. E esse não é um legado de uma pessoa, é um legado de um País: e isso não pode ser destruído. Ao mesmo tempo em que nós discutimos e queremos passar a limpo, Bolsonaro, há poucos dias, fez um decreto inconstitucional, mexendo numa cláusula pétrea da Constituição, querendo desconstituir as organizações dos trabalhadores do Brasil. Hoje, as 14 mil organizações de trabalhadores que existem em todo o Brasil, e mesmo as patronais, estão atingidas por esse decreto. Ele não aceita que haja organização e o diálogo, e diz que nem que haja acordo entre patrão e empregado poderá ter contribuição sindical. Bom, mas, ao mesmo tempo, defende que o acordado tem supremacia sobre o legislado. Onde fica essa discussão?

Então, vimos aqui, neste momento de muita preocupação, dizer que a sociedade brasileira deve se envolver com esse debate da reforma previdenciária. Esse é o tema de maior abrangência neste momento. E o que faz Bolsonaro? Manda um projeto, num momento de trezentos escândalos, não vou repetir aqui as baixarias que ele reproduziu neste carnaval, portanto as suas posturas não representam a Nação brasileira, e nós temos que discutir temas sérios. Esta é uma Câmara séria. Convido os colegas vereadores para fazermos um debate sobre a reforma da previdência que aí está. Muito obrigado, Sra. Presidenta.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT) (Requerimento): Sra. Presidenta, solicito a transferência do período de Grande Expediente para a próxima sessão.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Engº Comassetto. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

(O Ver. Mendes Ribeiro assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): O Ver. André Carús está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR ANDRÉ CARÚS (MDB): Sr. Presidente dos trabalhos, Ver. Mendes Ribeiro, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; o Ver. Prof. Alex há pouco fez uma manifestação a respeito da situação encontrada no bairro Cidade Baixa, venho aqui, em caráter complementar, também fazer algumas considerações e reforçar a importância da reunião conjunta das comissões, da Comissão de Saúde e Meio Ambiente – COSMAM, da qual sou presidente; da Comissão de Educação, Cultura e Juventude – CECE, presidida pelo Ver. Prof. Alex; e também da Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana – CEDECONDH, presidida pelo Ver. Moisés Barboza.

No dia 19 de fevereiro, daqui a duas semanas, portanto, às 14h30min, aqui no Plenário Otávio Rocha, nós vamos reunir, e já começamos hoje a enviar os convites, moradores, frequentadores, comerciantes e também os órgãos públicos, tanto estaduais como municipais, vinculados à área da segurança, cultura, juventude, saúde, limpeza urbana, entre outros. A preliminar que tem que ser colocada a respeito desses três confrontos que ocorreram, ao longo do feriadão de carnaval, é que o carnaval e a cultura não são vilões desta história, Ver. Comassetto, muito pelo contrário, as pessoas que estão ali, adeptas que são, que participam ao longo dos anos das festividades populares da Cidade, não são elas que têm que pagar por aqueles... A Brigada Militar reconheceu, ontem, inclusive, que há uma disputa, sim, de facções criminosas pelo tráfico na região, e atribui boa parte dos conflitos que ali ocorreram a esta situação e não, ao carnaval. O carnaval tem horário de início e de término. Ouvi também a manifestação, ontem, sobre mesma matéria, de uma representante dos moradores. Lá, atualmente, se não me engano, são três entidades representativas dos moradores. Uma delas fala na revisão dos alvarás de funcionamento dos estabelecimentos. Pois que sejam feitos, que sejam revisados os locais para entretenimento, aqueles que são vocacionados para a gastronomia, que sejam feitos. E houve uma cobrança muito forte em relação ao papel que a Câmara vinha exercendo sobre esse assunto: “Que não tinha se envolvido, porque aqui havia interesses controversos e uma divisão dos vereadores.” Aqui eu não tenho dúvida que há unanimidade, que todos nós, os 36 vereadores, queremos preservar a integridade patrimonial, histórica, cultural e ambiental da Cidade Baixa. Não creio que

alguém pense o contrário. E, por outro lado, também queremos garantir o bem-estar, o direito de ir e vir, a segurança e também a integridade das pessoas que lá empreendem ou moram.

E é por essa razão, é com esse espírito que nós vamos fazer essa reunião conjunta de três comissões que reúnem os temas que estão envolvidos nesse assunto. E, obviamente, que a Brigada Militar e a Guarda Municipal deverão participar. Então, reforço aqui, não só aos integrantes das três comissões, Presidente, que vão promover o encontro, mas a todos os vereadores e à comunidade que está nos assistindo pela TV Câmara, e vamos repercutir também e ampliar esses convites pelas redes sociais, pelos *e-mails*, pelas ligações, pelos contatos. Enfim, queremos que a Câmara, acima de tudo, nesse processo da Cidade Baixa, exerça um papel de mediação, de fiscalização aonde falta o serviço ou poder público. Nós temos que cobrar aonde há desordem; nós também temos que cobrar aonde há insubordinação, nós também temos que cobrar, mas não podemos cercear os moradores da sua tranquilidade e tampouco as pessoas de aproveitarem o espaço público que lhes é de direito e é de uso comum.

Por fim, alusivo ao Dia Internacional da Mulher, cumprimento a Presidente Mônica, também as vereadores, minha colega de bancada, Ver.^a Lourdes Sprenger, Ver.^a Cláudia, Ver.^a Karen, que também cumprimento pela posse na Procuradoria da Especial da Mulher desta Casa. O dia da mulher são todos os dias, mas vou fazer uma referência...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

VEREADOR ANDRÉ CARÚS (MDB): ...à poetisa Cora Coralina, que diz o seguinte: “O que vale na vida não é o ponto de partida e sim a caminhada. Caminhando e semeando, no fim, terás o que colher.” E são as mulheres que fazem isso, semeando paz, esperança, colhendo amor, e assim desejamos que sigamos em frente, juntos, com as nossas esposas, mães, enfim, trabalhadoras, todas aquelas que exercem, no dia a dia, o seu papel cotidiano com dignidade, como mulheres da nossa Cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Muito obrigado, Ver. André Carús. O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Ver. Mendes Ribeiro, no exercício da presidência, vereadoras, a quem, em primeiro lugar, me dirijo. Eu, pai de duas filhas, venho de uma tradição religiosa que consagra à mulher um papel muito especial, tanto é assim que nós temos as matriarcas na minha tradição religiosa, e mesmo aqueles que foram profetas, como foi o caso de Moisés, ao lado dele estava a

sua irmã Miriam, que era a profetisa das águas e que ia à frente da caminhada do povo para poder encontrar as fontes e poder garantir que o povo não morresse de fome na sua longa travessia pelo deserto. Então, essa tradição, desde sempre, cumpre e sabe respeitar o papel da mulher, e eu deploro profundamente aqueles que fazem exploração política de um fenômeno perverso na sociedade, que é a discriminação, mas há quem faça isso, obviamente, há quem utilize isso, embora seja uma coisa que tem que ser denunciada, há quem utilize isso como escada política, mas cada um responde. O Talmude tem uma passagem muito bonita que diz mais ou menos assim: “Cuida-te em fazer chorar uma mulher, porque Deus conta as suas lágrimas, a mulher não foi feita da cabeça, para ser superior, não foi feita do pé, para ser inferior, foi feita da costela, ao lado, para ser igual, embaixo do braço para ser protegida e perto do coração para ser amada”. É um texto muito bonito, de sabedoria milenar, e que consagra exatamente essa visão. Eu acho que, para além de palavras e de retórica, a prática fala muito mais alto. No ano passado, eu tinha que fazer uma cirurgia eletiva, na verdade, eu fiquei 20 dias afastado, poderia ter feito em qualquer outro período, mas decidi fazer no mês de março, que é o mês das mulheres, para entregar a presidência à Ver.^a Mônica Leal, que hoje me sucede na presidência da Casa. Então, na pessoa da minha correligionária de partido, da Ver.^a Lourdes Sprenger, eu quero cumprimentar todas as Sras. Vereadoras por este dia tão importante e dizer que, sim, há muito que se avançar nessa questão.

Queria falar que, hoje pela manhã, tive uma reunião no Paço Municipal sobre o abastecimento de água na Zona Leste de Porto Alegre. Busquei vários atores lá para consertar essas questões, especialmente no que diz respeito à construção da Estação de Tratamento do Arado, em Belém Novo. Essa estação é estratégica para Porto Alegre e é fundamental, especialmente para o Extremo-Sul e para a região leste de Porto Alegre, que engloba a Lomba do Pinheiro e imediações, como Viamão, naquela parte da Cidade.

Como vimos, mais uma vez neste verão, milhares de pessoas sofreram com o desabastecimento, com os problemas do calorão e da falta de água, e isso se deve, entre outras coisas, pela falta de uma estação de tratamento de água no Extremo-Sul de Porto Alegre. Pois bem, existe uma série de medidas, existe um projeto, o governo municipal trabalha, junto à Caixa Econômica Federal, a linha de financiamento dessa questão, só que é preciso amarrar todas as pontas para que isso aconteça no tempo que tem que acontecer. Acho que é um papel importante do vereador identificar todas essas pontas, às vezes, desatar nós, mas, às vezes, aproximar essas pontas para que as coisas aconteçam. E quero agradecer ao vice-prefeito Gustavo Paim, porque, hoje pela manhã, sentamos com a Secretaria do Desenvolvimento Econômico, com a Procuradoria-Geral do Município, com o DMAE e com este vereador, para poder amarrar todas essas questões e fazer no tempo adequado. A licitação tem que sair no ano que vem até seis meses antes do processo eleitoral, senão, não poderá mais haver licitação, e vamos ficar, novamente, mais dois ou três anos com o problema da água em Belém Novo, o que, obviamente, ninguém quer. Quando as pessoas perguntam o que a Câmara faz, o que os vereadores estão fazendo, eu quero exemplificar que uma das coisas que fazemos é exatamente esse tipo de articulação para que as coisas aconteçam e, amanhã ou depois,

se minore ou se enfrente ou se acabe com o problema de que padecem milhares de pessoas naquela região da Cidade, todos os anos.

Por último, Sr. Presidente, quero falar mais uma vez sobre o assunto da Cidade Baixa. Ninguém aqui viveu na carne o problema que eu vivi na Cidade Baixa. Quando eu cheguei na secretaria, todas as semanas eu tinha pilhas e pilhas de notificações com relação a autuações que eram feitas a casas noturnas irregulares na Cidade Baixa. A primeira questão decorria do que se chama de Área de Interesse Cultural, no Plano Diretor de Porto Alegre. A Área de Interesse Cultural determina que, se uma casa noturna, para evitar o que se chama de polarização, obtém um alvará para um raio de 150 metros, não se pode conceder um segundo alvará. De sorte que, quando começou a ter o problema na Rua João Alfredo, a maior parte das casas noturnas da Rua João Alfredo era irregular e não tinha como se regularizar; mas, no início, não tinha o problema da aglomeração e do tumulto. Na esquina da Rua da República com a Rua João Alfredo, abriu uma distribuidora de água mineral que, ao invés de vender água mineral, começou a vender cerveja em copo e uísque fracionado; aí, começou a juntar uma galera ali na frente, e os caras faziam festa até 4h, 5h da manhã. O dono da distribuidora de água mineral contava com a não fiscalização do Município. Ele ia faturar durante dois ou três anos; quando o negócio dele se esgotasse, ele já teria posto R\$ 200 mil, R\$ 300 mil no bolso, e a Cidade que ficasse com o problema. A partir daquilo ali, começou a gerar para todos os arredores o problema da concentração de pessoas e da desorganização que se sucedeu na Cidade Baixa. Um ano antes de Santa Maria, nós resolvemos fazer o enfrentamento disso, Ver. Mendes Ribeiro, e foi muito difícil. Entre outras coisas, nós criamos um grupo de trabalho que mexeu na legislação – vereadores aqui participaram. O Ver. Bins Ely era o secretário do Planejamento; aí, foi uma técnica do planejamento numa dessas nossas reuniões e levou uma minuta. A minuta, na verdade, não tinha passado pelo crivo dos secretários, era só dos técnicos, e ela transformava aquela situação, deixando ainda mais rígida e mais difícil. Nós pegamos aquela proposta dela e dissemos: “Olha, essa tua proposta não prospera”. Uma colega vereadora nossa aqui, que tinha pedido para participar e estava participando, pegou a proposta que tinha sido rechaçada, negada, levou para o seu coletivo e disse: “É isto aqui o que a Prefeitura quer fazer, vai ser muito pior. A Prefeitura está contra os jovens, está contra a noite, está contra a cultura”. Quer dizer, jogou mais gasolina ainda na fogueira. Chegou no limite. Eu tive, Ver. Mendes Ribeiro, que interditar 42 casas noturnas e aguentar o rojão e o repuxo disso. Era domingo – eu digo isso para concluir – , no início de fevereiro, eu estava na praia, toca o meu telefone, dez e pouco da manhã, eu atendo, era a Rosane de Oliveira. A Rosane disse: “Valter, eu estou te ligando para pedir desculpas”. Eu perguntei: “O que houve, Rosane?”. Era o dia da Kiss; começaram às 8h30min da manhã as notícias das mortes – eram 80 mortes, o número subiu para 100, para 150. Ela respondeu: “Eu tenho um filho de 16 anos, eu achei que tu estavas correto no que tu estavas fazendo na Cidade Baixa, mas eu silencieei, assim como tantos silenciaram e tantos outros que foram contra ti e te atacaram. Eu, por um dever de consciência, estou te ligando para me desculpar”. Eu estou falando isso para dizer que também a governança local não funcionou. Os moradores se movimentam em

determinados momentos, mas não sabem se organizar no sentido de criar um movimento em uníssono.

Naquela ação nossa, entre outras coisas, nasceu o Cidade Baixa em Alta, que foi uma tentativa dos próprios empresários de fazer uma governança para conscientizar as pessoas que frequentam o bairro de limpar o bairro. Quando eu disse que o Cidade Baixa em Alta nasceu daquelas minhas ações – que foram repressivas num determinado momento sim, e não tem como não ser, não pode ser diferente disso, porque uma parte tem que ser repressiva, a outra tem que ser educativa –, esta mesma esquerda que foi incendiar os seus coletivos lá veio dizer, no jornal SUL21 e em outros veículos, que aquela questão do Cidade Baixa em Alta não tinha nada que ver com o Valter, que o que o Valter tinha feito lá era só coisa de fascista, só repressão. Então, nós chegamos ao ponto que nós chegamos. As autoridades políticas repensam, ponderam, não querem se envolver; outras autoridades políticas, irresponsavelmente, exploram essa questão, e quem sofre no meio de tudo isso, como marisco no rochedo, é o morador da Cidade Baixa. Eu continuo defendendo que uma cidade tem que ter espaço para todos, e, num Plano Diretor que prevê uma cidade mista, tem que ter o espaço da diversão, tem que ter o espaço do morador, tem que ter o espaço daquele que trabalha, mas tudo isso tem que se dar com respeito. Se nós trabalharmos a perspectiva da anarquia, que muitos trabalham, que é o que está acontecendo, realmente, na anarquia quem vai sofrer é quem mora naquele bairro e, muitas vezes, o próprio jovem, como uma menina que, 45 dias atrás, foi morta por uma bala numa disputa de traficantes. São esses jovens que querem se divertir de forma tranquila lá que acabam sendo vitimados por esse processo, que se chama de anomia, Ver. Mendes Ribeiro, que é a ausência de regras, ou a covardia dos agentes públicos que têm que fazer alguma coisa e têm medo, por interesse ou por demagogia, de fazer o que precisa ser feito. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Obrigado, Ver. Valter. O Ver. Adeli Sell está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; hoje é dia 7 de março, véspera do Dia Internacional da Mulher, momento trágico que este 2019 está a apresentar à Nação brasileira. Nunca antes ouvimos tantas notícias de feminicídio. As pessoas ficam falando que são tragédias. Não, feminicídio não é tragédia. Feminicídio tem um autor, portanto, não é tragédia, não aconteceu por algo estranho à ação de pessoas. O feminicídio é um crime bárbaro, está hoje positivado na lei brasileira. Começo falando disso para prestar algumas homenagens: primeiro, às colegas vereadoras; às assessorias dos vereadores, às mulheres que estão aqui – e as assessorias são ampla maioria e têm estado presentes aqui, trabalhando conosco, trazendo informações, ajudando-nos no nosso cotidiano –; às servidoras da Câmara Municipal; e, de um modo especial, às taquígrafas, porque compõem um setor onde a maioria é de mulheres, são as que mais nos acompanham, talvez as que mais sofrem,

porque muitas coisas aqui, às vezes, elas não deveriam e não poderiam ouvir, e estão ouvindo. A vocês, taquígrafas um beijo no coração, bom trabalho e continuem cuidando de nós.

Neste dia, que antecede o Dia Internacional da Mulher, sou obrigado a citar Simone de Beauvoir. Normalmente, as pessoas falam da frase “Que ninguém nasce mulher, torna-se mulher”. Simone de Beauvoir foi usada agora pelo Celso de Mello, num grande debate, no Supremo Tribunal Federal. Mas eu quero citar uma outra frase de Simone de Beauvoir: “Querer ser livre é também querer livres os outros”. Esta frase é lapidar, e esta frase se impõe na conjuntura brasileira nos dias de hoje. A questão, eu repito, nas palavras da lavra de Simone de Beauvoir: “Querer ser livre é também querer livres os outros”. Nós temos uma dificuldade de enxergar e trabalhar a alteridade, ver o outro; é sempre importante no mundo ver o outro, e, no caso de hoje, ver a outra, a mulher. Muitas vezes, ainda, busca-se a mulher no aperto, porque ela está ali quando a gente precisa, e aí, sim, há a lembrança. Mas nós temos que entender que fazemos parte da humanidade, de seres humanos, e que precisamos olhar as diferenças. Inclusive, quero provocar àqueles que são preconceituosos que comecem a olhar o debate sobre o ensino da sexualidade nas escolas e não vejam isso como um preconceito, não vejam isso como uma amarra. Muito pelo contrário, para libertar as pessoas, para terem informação, para não haver essa legião de meninas grávidas na periferia, porque seria muito simples para a educação sexual e para os postinhos de saúde que têm por aí, pelo menos, regra geral, não faltaria o preservativo. Pensem nisso, pensem nas mulheres. Hoje é um dia de cantar com alegria a mulher brasileira; cantar com a Mangueira, vitoriosa no carnaval do Rio de Janeiro, abrindo a história, não só com a Marielle Franco, mas também com a Marielle Franco, que nem as grandes empresas de comunicação conseguiram esconder no dia de ontem. Mas foram feitas lembranças a outras grandes mulheres da história do Brasil. Eu quero lembrar aqui Anita Garibaldi, essa mulher brava, “catarinense da gema”, que junto com Garibaldi fez o que fez, deixou a sua marca na história. Quero lembrar aqui de uma das primeiras médicas deste País...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

VEREADOR ADELI SELL (PT): ...que dá nome a uma pequena rua na Cidade Baixa, Rita Lobato. Foi, na verdade, a terceira mulher brasileira a se formar em medicina. Eu podia continuar com o rol de bravas mulheres que estiveram presentes em nossa história, como, por exemplo, a primeira mulher vereadora desta Casa, Julieta Battistioli, que dá nome, corretamente, à Escola do Legislativo, e a outras tantas mulheres que por aqui passaram e que, inclusive, presidiram esta Casa – agora a Ver.^a Mônica presidindo, mas anteriormente foi presidida pela Margarete Moraes, pela Sofia Cavedon e pela Maria Celeste. Orgulho dessas mulheres, orgulho da minha mãe,

orgulho da minha sogra, orgulho da minha esposa, bravas mulheres lutadoras que encham meu coração de alegria. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente Mendes Ribeiro, os colegas vereadores e vereadoras, o público que acompanha a nossa sessão nesta tarde. Também queria parabenizar todas as mulheres pelo seu dia internacional, comemorado amanhã. Muitas comemoram conquistas importantes que tivemos ao longo de décadas e muitas se indignam, como nós, em função dos feminicídios que acontecem até hoje no dia a dia da vida do brasileiro. Nós, aqui na Casa, no meu mandato, com a minha equipe, estamos lançando a frente parlamentar dos homens pelo fim da violência contra a mulher, que deverá estar aqui nos próximos dias, no plenário, quando poderemos apreciar e votar o projeto. É um tema trazido aqui, da Assembleia Legislativa, pelo nobre colega, hoje deputado estadual, Edegar Pretto, que também já trabalha há muitos anos nesse tema, e a gente percebeu que aqui ainda não havia essa frente parlamentar. Queira Deus que possamos não só fazer uma discussão, mas também possibilitar que, através do debate profícuo entre os vereadores, vereadoras e o Poder Executivo, nós possamos instituir leis que possam dialogar com esse tema da não violência contra a mulher, da criação de delegacias regionais, como aconteceu ao longo de vários governos em todo o Estado do Rio Grande do Sul, pelo Brasil afora.

Portanto, eu acho de suma importância que, neste momento, quando eu falo da frente parlamentar, nós possamos dizer como está o quadro de violência, seja no Brasil ou no Rio Grande do Sul. Para os senhores terem uma ideia, no ano de 2018, foram 68 mil casos de violência contra a mulher. A cada 17 minutos, uma mulher é agredida fisicamente no Brasil. De meia em meia hora, alguém sofre de violência psicológica ou moral. A cada três horas, alguém relata um caso de cárcere privado. No mesmo dia, oito casos de violência sexual são descobertos no País. E toda semana, 33 mulheres são assassinadas por parceiros antigos ou atuais. O ataque é semanal para 75% das vítimas, situação que se repete por até cinco anos muitas vezes, e as pessoas não denunciam. Essa violência também atinge a parte mais vulnerável da família, pois a maioria delas, mulheres, é mãe e os filhos acabam presenciando os sofrimentos, as agressões que acontecem no seu lar.

O Brasil é o quinto país com maior taxa de feminicídio, sendo que as maiores vítimas são as mulheres negras. O discurso do ódio legitima a violência e coloca ainda mais em risco a vida das mulheres. A taxa de feminicídio de mulheres negras é de 71%. A causa de morte de mulheres no Brasil é por apenas serem mulheres. Só em 2019, até dia 17 de fevereiro, 162 mulheres foram assassinadas. Então, por que debater esse assunto? Porque nós, enquanto vereadores, podemos perceber que vários governos priorizam esse tema. Eles, por exemplo, podem criar a Secretaria Estadual de

Políticas para as Mulheres como outros governos criaram, como foi o nosso governo. E nas prefeituras foram criadas e instituídas várias políticas, e posso citar algumas delas aqui: em nível federal, “Escuta Lilás”; como em nível estadual, a rede de atendimento à mulher; o programa Pró-Equidade de Gênero e Raça; a Patrulha Maria da Penha; delegacias especializadas de atendimento à mulher – muitas vezes ela não denuncia porque não tem uma delegacia ou por medo. Nós, quando deputado, fizemos uma Frente Parlamentar na Assembleia que discutia regionalmente...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): ...Para concluir, nobre Presidente, quando eu tive a felicidade de ser deputado e nós estávamos na Assembleia, andando pelo Rio Grande afora, percebemos que se acentua muito mais, não só em Porto Alegre, na Grande Porto Alegre, na Serra, mas também na Fronteira, a questão do machismo. Ninguém é escravo de ninguém.

Por isso nós temos que ampliar as políticas públicas que dialogam para proteção, para não violência e encaminhem políticas de assistência, de acompanhamento e de proteção principalmente para essas pessoas que têm a coragem de denunciar e buscar proteção com o apoio do poder público.

Portanto, eu tenho certeza de que teremos o apoio de todos os vereadores para criar uma frente parlamentar e construir um fórum de debate. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Apregoo Requerimento de autoria do Ver. Alvoni Medina, que solicita representar esta Casa em reuniões na Câmara dos Deputados e no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, na cidade de Brasília, no período de 26 a 28 de fevereiro de 2019, com custeio de viagem.

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0027/19 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 001/19, que altera os Anexos 1.1 e 1.2 da Lei Complementar nº 434 de 1º de dezembro de 1999, redefinindo o limite da Área de Interesse Institucional da Subunidade 01, criando as Subunidades 05 e 06 da Unidade de Estruturação Urbana 092

da Macrozona 03, alterando os limites da Subunidade 02 da Unidade de Estruturação Urbana 092 da Macrozona 03, definindo Regime Urbanístico para as Subunidades 05 e 06. Estabelece a Transferência de Potencial Construtivo (TPC), nos termos do § 5º, do art. 52, da Lei Complementar nº 434, de 1999.

PROC. Nº 0712/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 062/18, de autoria do Ver. Alvoní Medina, que estabelece que a Administração Pública Municipal, Direta e Indireta, bem como a Câmara Municipal de Porto Alegre, deverão exigir em seus projetos básicos, projetos executivos e aqueles nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que as empresas vencedoras das licitações destinem, no mínimo, 2% (dois por cento) das vagas de emprego a pessoas desempregadas em situação de rua.

PROC. Nº 1409/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 191/18, de autoria do Ver. Moisés Barbosa, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao senhor Marco Antônio da Cunha Santanna.

2ª SESSÃO

PROC. Nº 1321/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 145/18, de autoria do Ver. Professor Wambert, que institui autorização prévia e expressa dos responsáveis legais dos estudantes da rede pública municipal de ensino para que os estudantes tenham acesso a qualquer conteúdo que verse sobre sexualidade nas dependências das escolas.

PROC. Nº 0014/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 010/19, de autoria do Ver. Roberto Robaina, que inclui art. 9º-A na Lei nº 12.162, de 9 de dezembro de 2016, alterada pela Lei nº 12.423, de 14 de junho de 2018, determinando que os usuários do serviço de transporte motorizado privado e remunerado de passageiros que optarem pela forma de pagamento em dinheiro deverão incluir, no momento do cadastro na aplicação de internet, documento de identificação civil e fotografia atualizada. **Com Emenda nº 01 e Subemenda nº 01 à Emenda nº 01.**

PROC. Nº 0018/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 012/19, de autoria do Ver. João Carlos Nedel, que denomina Rua Roni Angelo Ferrari o logradouro público cadastrado conhecido como Rua Sete Mil, Cento e Cinquenta e Três, localizado no Bairro Restinga.

PROC. Nº 0019/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 013/19, de autoria do Ver. André Carús, que proíbe a utilização e o fornecimento de copos plásticos descartáveis por estabelecimentos comerciais e vendedores ambulantes no Município de Porto Alegre. **Com Emendas nºs 01 e 02.**

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

Desejamos, na pessoa da nossa Presidente, Ver.^a Mônica Leal, a todas as servidoras desta Casa, porto-alegrenses, um feliz Dia Internacional da Mulher, que acontece nesta sexta-feira, dia 08 de março – um dia muito especial, como os vereadores muito bem falaram na tribuna desta Casa. Muito obrigado. Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 15h21min.)

* * * * *